

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA EQUIDADE

DEMOGRAPHIC TRANSITION AND ITS IMPACTS ON EDUCATIONAL POLICIES: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR HEALTH PROMOTION AND EQUITY

TRANSICIÓN DEMOGRÁFICA Y SUS IMPACTOS EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA PROMOCIÓN DE LA SALUD Y LA EQUIDAD

Pablo Késsio Rodrigues de Oliveira¹
Ludmila Macêdo Naud²
Diana Maria de Almeida Lopes³
Ana Carolina Ribeiro Mesquita Formiga⁴
Viviane Nunes da Cunha⁵
Luzia Cátia Bispo Alves⁶
Grazielli de Paula Pirovani⁷
Marilane Vilela Marques⁸
Ana Edimilda Amador⁹
Mateus Henrique Dias Guimarães¹⁰

1

RESUMO: A transição demográfica caracteriza-se por mudanças na estrutura etária decorrentes da redução das taxas de fecundidade e mortalidade e do aumento da expectativa de vida, produzindo impactos significativos sobre as políticas públicas, especialmente nos campos da educação e da saúde. Objetivo: Analisar, por meio da literatura científica, como as mudanças demográficas influenciam as políticas educacionais e de que maneira essas políticas podem contribuir para a promoção da saúde e para a redução das desigualdades sociais. Metodologia: Realizou-se uma scoping review conduzida conforme as recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI) e do PRISMA-ScR. As buscas foram realizadas nas bases PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, SciELO e LILACS, incluindo estudos publicados entre 2015 e 2025. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 13 estudos compuseram a amostra final. Resultados: As evidências demonstraram que a transição demográfica repercute diretamente sobre o planejamento dos sistemas educacionais, exigindo reorganização das políticas públicas, investimentos em formação de capital humano e fortalecimento da educação ao longo da vida. Os estudos também

¹ Especialista em Enfermagem Oncológica - Faculdade Unyleya.

² Doutora em Epidemiologia - Universidade de São Paulo (USP).

³ Doutora em farmacologia - Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁴ Graduanda em Medicina - Faculdade das Américas (FAM).

⁵ Mestranda em Políticas Públicas - Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁶ Especialista em Educação Especial na perspectiva Inclusiva - Instituto Federal de Goiás (IFG).

⁷ Mestra em Agroecologia - Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

⁸ Mestra em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁹ Doutora em Demografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

¹⁰ Doutorando em Saúde Pública - Christian Business School (CBS).

evidenciaram que a educação constitui importante determinante social da saúde, favorecendo a promoção da equidade por meio de ações intersetoriais entre educação e saúde. Persistem, entretanto, desafios relacionados às desigualdades regionais, ao financiamento, à implementação das políticas e à inclusão educacional. Conclusão: A integração entre políticas educacionais e de saúde é fundamental para enfrentar os desafios decorrentes da transição demográfica, fortalecer a promoção da saúde e reduzir as desigualdades sociais, subsidiando a formulação de políticas públicas intersetoriais.

Palavras-chave: Transição demográfica. Políticas educacionais. Promoção da saúde. Equidade.

ABSTRACT: Demographic transition is characterized by changes in the population age structure resulting from declining fertility and mortality rates and increasing life expectancy, producing significant impacts on public policies, particularly in the fields of education and health. Objective: To analyze, through the scientific literature, how demographic changes influence educational policies and how these policies can contribute to health promotion and the reduction of social inequalities. Methods: A scoping review was conducted following the recommendations of the Joanna Briggs Institute (JBI) and the PRISMA-ScR guidelines. Searches were performed in the PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, SciELO, and LILACS databases, including studies published between 2015 and 2025. After applying the eligibility criteria, 13 studies comprised the final sample. Results: The evidence demonstrated that demographic transition directly affects the planning of educational systems, requiring the reorganization of public policies, investments in human capital development, and the strengthening of lifelong education. The studies also showed that education is an important social determinant of health, promoting equity through intersectoral actions linking education and health. However, challenges remain regarding regional inequalities, funding, policy implementation, and educational inclusion. Conclusion: The integration of educational and health policies is essential to address the challenges arising from demographic transition, strengthen health promotion, and reduce social inequalities, thereby supporting the development of intersectoral public policies.

Keywords: Demographic transition. Educational policies. Health promotion. Equity.

RESUMEN: La transición demográfica se caracteriza por cambios en la estructura etaria derivados de la reducción de las tasas de fecundidad y mortalidad y del aumento de la esperanza de vida, con impactos significativos en las políticas públicas, especialmente en educación y salud. Objetivo: Analizar, mediante la literatura científica, cómo los cambios demográficos influyen en las políticas educativas y de qué manera estas políticas pueden contribuir a la promoción de la salud y a la reducción de las desigualdades sociales. Metodología: Se realizó una revisión de alcance conforme a las recomendaciones del Joanna Briggs Institute y de PRISMA-ScR. Las búsquedas se efectuaron en PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, SciELO y LILACS, e incluyeron estudios publicados entre 2015 y 2025. Tras aplicar los criterios de elegibilidad, 13 estudios integraron la muestra final. Resultados: La transición demográfica repercute directamente en la planificación de los sistemas educativos y exige reorganizar las políticas públicas, invertir en capital humano y fortalecer la educación a lo largo de la vida. La educación también constituye un determinante social de la salud y favorece la equidad mediante acciones intersectoriales. Persisten desafíos relacionados con las desigualdades regionales, la financiación, la implementación de políticas y la inclusión educativa. Conclusión: La integración de las políticas educativas y sanitarias es fundamental para afrontar los cambios demográficos, promover la salud y reducir las desigualdades sociales.

Palabras clave: Transición demográfica. Políticas educativas. Promoción de la salud. Equidad.

INTRODUÇÃO

A transição demográfica representa um dos fenômenos mais relevantes do século XXI, caracterizando-se por profundas alterações na dinâmica populacional decorrentes da redução das taxas de fecundidade e mortalidade, do aumento da expectativa de vida e da reconfiguração da estrutura etária. No Brasil, esse processo ocorre de forma acelerada quando comparado aos países desenvolvidos, produzindo impactos significativos sobre a organização das políticas públicas e sobre a distribuição dos recursos destinados aos setores sociais. As mudanças no perfil populacional ampliam a demanda por serviços de saúde, modificam as necessidades educacionais ao longo do ciclo de vida e exigem planejamento governamental capaz de responder às novas configurações demográficas (Miranda, Mendes e Silva, 2017; Guimarães *et al.*, 2021; Bertho, 2022).

Nesse contexto, a transição demográfica deve ser compreendida não apenas como um processo de mudança na estrutura etária da população, mas também como uma oportunidade para fortalecer políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades sociais. O aproveitamento da denominada janela demográfica depende de investimentos contínuos em educação, saúde e desenvolvimento do capital humano, favorecendo maior produtividade, inclusão social e crescimento sustentável (Miranda, Mendes e Silva, 2017; Pereira, 2024).

3

No campo educacional, essas transformações repercutem diretamente sobre o planejamento dos sistemas de ensino. A redução do número de crianças, o envelhecimento populacional, os movimentos migratórios, as desigualdades regionais e as novas demandas por qualificação profissional exigem políticas educacionais mais flexíveis, inclusivas e articuladas às necessidades sociais contemporâneas. Nesse cenário, a educação consolida-se como instrumento estratégico para o desenvolvimento humano, para a formação cidadã e para a redução das desigualdades sociais (Primo, 2025; Pereira, 2024; Ribeiro, 2025).

A efetividade das políticas educacionais depende da capacidade de reduzir desigualdades históricas relacionadas às condições socioeconômicas, ao território, ao financiamento e ao acesso à educação de qualidade. Embora avanços importantes tenham sido observados na universalização do ensino, persistem barreiras estruturais que comprometem a permanência, a aprendizagem e a inclusão educacional, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. A

equidade educacional ultrapassa a igualdade formal de acesso, exigindo estratégias que respondam às diferentes necessidades dos estudantes (Costa, 2026; Primo, 2025; Ribeiro, 2025).

Paralelamente, a promoção da saúde consolidou-se como uma estratégia fundamentada nos determinantes sociais da saúde, reconhecendo que fatores educacionais, econômicos, culturais e ambientais influenciam diretamente as condições de vida das populações. Sob essa perspectiva, políticas públicas intersetoriais assumem papel central na promoção da qualidade de vida, da equidade e do desenvolvimento humano (Buss *et al.*, 2021; Malta *et al.*, 2018; Donadeli *et al.*, 2024).

A integração entre educação e saúde fortalece estratégias voltadas à promoção da saúde, à qualificação profissional e ao enfrentamento das desigualdades sociais. A articulação entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidades amplia a capacidade de resposta das políticas públicas e favorece ações intersetoriais voltadas às necessidades da população (França; Magnago; Buss *et al.*, 2021).

Embora a literatura reconheça os impactos da transição demográfica sobre as políticas públicas, observa-se que os estudos se concentram, em sua maioria, na análise isolada da demografia, da educação ou da saúde. Ainda são escassas as investigações que integram essas três dimensões, discutindo de forma articulada como as transformações populacionais repercutem simultaneamente sobre as políticas educacionais e sobre as estratégias de promoção da saúde e da equidade. Essa lacuna limita a compreensão das respostas intersetoriais necessárias para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças demográficas contemporâneas.

Diante deste contexto o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio da literatura científica, como as mudanças demográficas influenciam as políticas educacionais e de que maneira essas políticas podem contribuir para a promoção da saúde e para a redução das desigualdades sociais, oferecendo subsídios para o fortalecimento de estratégias intersetoriais capazes de responder aos desafios impostos pelas transformações demográficas contemporâneas.

MÉTODOS

Delineamento do estudo

Trata-se de uma scoping review, conduzida conforme as recomendações metodológicas do Joanna Briggs Institute (JBI) e reportada segundo o Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). Esse delineamento foi adotado por possibilitar o mapeamento sistemático da literatura científica, permitindo identificar, sintetizar e caracterizar as evidências disponíveis acerca das interfaces entre transição demográfica, políticas educacionais, promoção da saúde e equidade.

Questão de pesquisa

A elaboração da questão norteadora foi fundamentada na estratégia PCC (Population, Concept e Context), recomendada para revisões de escopo.

- a) População (Population): populações inseridas em contextos de transição demográfica;
- b) Conceito (Concept): políticas educacionais e suas interfaces com a promoção da saúde e a equidade;
- c) Contexto (Context): políticas públicas e sistemas educacionais.

5

Com base nessa estratégia, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Como a literatura científica aborda os impactos da transição demográfica nas políticas educacionais e suas interfaces com a promoção da saúde e a equidade social?

Estratégia de busca

As buscas foram realizadas nas bases de dados PubMed/MEDLINE, Scopus, Web of Science, SciELO e LILACS, contemplando estudos publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2025.

A estratégia de busca foi construída mediante a combinação de descritores controlados dos vocabulários Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), associados a palavras-chave livres e operadores booleanos (AND e OR), adaptando-se às especificidades de indexação de cada base de dados.

Os principais descritores utilizados foram:

- a) Demographic Transition;

- b) Demographic Change;
- c) Educational Policy;
- d) Education;
- e) Health Promotion;
- f) Health Equity;
- g) Public Policy.

As estratégias de busca foram adaptadas conforme os recursos de indexação disponíveis em cada base eletrônica.

Critérios de elegibilidade

Foram considerados elegíveis estudos que atendessem aos seguintes critérios:

- a) artigos publicados entre 2015 e 2025;
- b) textos disponíveis na íntegra;
- c) publicações nos idiomas português, inglês ou espanhol;
- d) estudos que abordassem a relação entre transição demográfica, políticas educacionais, promoção da saúde ou equidade.

Foram excluídos:

- a) editoriais;
- b) cartas ao editor;
- c) resumos publicados em anais de eventos científicos;
- d) dissertações, teses e monografias;
- e) documentos duplicados;
- f) estudos cujo conteúdo não respondesse à questão de pesquisa.

Seleção dos estudos

Inicialmente, todas as referências recuperadas foram exportadas para um gerenciador bibliográfico, onde foi realizada a identificação e exclusão dos registros duplicados. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificação da elegibilidade dos estudos. Os trabalhos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura na íntegra, sendo incluídos aqueles que atenderam aos critérios previamente estabelecidos.

A seleção foi conduzida por dois revisores de forma independente. Eventuais divergências foram resolvidas por consenso. Todo o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos foi apresentado por meio do fluxograma PRISMA-ScR.

Extração dos dados

Os dados foram extraídos utilizando um formulário padronizado elaborado pelos pesquisadores, contemplando as seguintes informações:

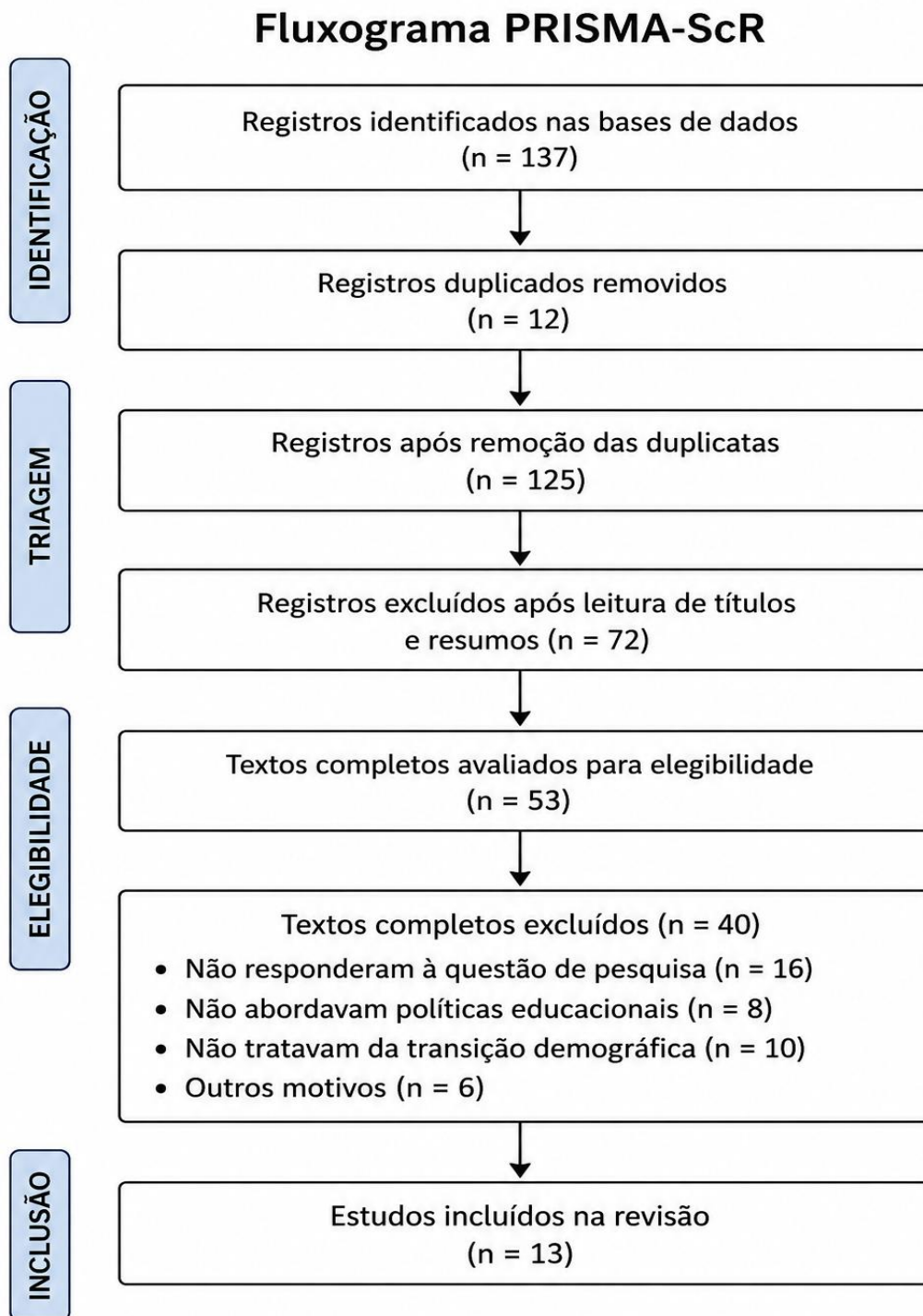
- a) autor(es);
- b) ano de publicação;
- c) país de realização do estudo;
- d) objetivo;
- e) delineamento metodológico;
- f) população investigada;
- g) principais resultados;
- h) contribuições relacionadas à transição demográfica, às políticas educacionais, à promoção da saúde e à equidade.

Síntese e análise dos dados

Os estudos incluídos foram submetidos à síntese narrativa, sendo os achados organizados por meio de análise temática. As evidências foram agrupadas segundo categorias analíticas construídas a partir das convergências identificadas na literatura, permitindo compreender os impactos da transição demográfica sobre as políticas educacionais, suas repercussões para a promoção da saúde e os desafios relacionados à equidade social.

Essa estratégia possibilitou integrar os resultados dos estudos selecionados, identificar lacunas do conhecimento e discutir as principais implicações para o planejamento de políticas públicas intersetoriais voltadas ao desenvolvimento humano, à promoção da saúde e à redução das desigualdades sociais.

Figura 1 - Fluxograma de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

RESULTADOS

A estratégia de busca identificou 137 estudos. Após a remoção de duplicatas e a aplicação dos critérios de elegibilidade, 13 estudos compuseram a amostra final desta revisão. Os estudos foram publicados entre 2017 e 2026, com predominância de pesquisas desenvolvidas no Brasil e de revisões de literatura voltadas às interfaces entre transição demográfica, políticas educacionais, promoção da saúde e equidade. A caracterização dos estudos incluídos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização dos estudos incluídos.

Autor	Ano	País	Objetivo	Delineamento	Eixo temático
Miranda, Mendes e Silva	2017	Brasil	Discutir a transição demográfica e seus desafios para as políticas públicas	Estudo analítico	Transição demográfica
Souza <i>et al.</i>	2018	Brasil	Avaliar os impactos da transição demográfica nos gastos públicos em saúde	Revisão de literatura	Saúde
França e Magnago	2019	Brasil	Analisar políticas e ações de educação na saúde	Artigo de reflexão	Educação em saúde
Guimarães <i>et al.</i>	2021	Brasil	Analisar questões demográficas e implicações para o modelo de atenção à saúde	Estudo ecológico	Saúde pública
Bertho	2022	Brasil	Discutir questões demográficas contemporâneas	Resenha científica	Demografia
Donadeli <i>et al.</i>	2024	Brasil	Analisar desafios para a promoção da equidade em saúde	Revisão integrativa	Equidade
Pereira	2024	Brasil	Relacionar transição demográfica e políticas educacionais	Revisão bibliográfica	Educação

Autor	Ano	País	Objetivo	Delineamento	Eixo temático
Cruz e Santos	2025	Brasil	Avaliar o impacto das políticas educacionais sobre as desigualdades sociais	Pesquisa descritiva	Equidade educacional
Ribeiro	2025	Brasil	Discutir desigualdades socioeconômicas e acesso à educação	Revisão de literatura	Educação
Primo	2025	Brasil	Analisar políticas públicas em educação e qualidade do ensino	Revisão de literatura	Políticas educacionais
Mazi <i>et al.</i>	2026	Brasil	Discutir educação em saúde e promoção da saúde	Revisão narrativa	Promoção da saúde
Costa	2026	Brasil	Analisar equidade educacional e inclusão escolar	Revisão sistemática	Inclusão e equidade
Diniz <i>et al.</i>	2026	Brasil	Discutir formação médica, demografia e Saúde Coletiva	Revisão narrativa	Educação em saúde

Fonte: Elaborado pelos autores.

Impactos da transição demográfica nas políticas educacionais

Os estudos analisados evidenciam que a transição demográfica tem provocado mudanças significativas na configuração das políticas educacionais, exigindo adaptações relacionadas ao planejamento dos sistemas de ensino, à distribuição dos recursos públicos e à qualificação do capital humano. A redução das taxas de fecundidade, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento populacional alteram a composição etária da sociedade, modificando a demanda por serviços educacionais ao longo do ciclo de vida e impondo novos desafios para a formulação de políticas públicas. Miranda, Mendes e Silva (2017) ressaltam que essas transformações representam uma oportunidade para fortalecer investimentos em educação, desde que articulados a estratégias de desenvolvimento social capazes de aproveitar a denominada janela demográfica. Guimarães *et al.* (2021) acrescentam que as diferenças regionais observadas na dinâmica populacional brasileira reforçam a necessidade de planejamento

educacional baseado em evidências demográficas, considerando as especificidades locais e as tendências futuras.

Outro aspecto recorrente refere-se aos impactos da redução da fecundidade sobre a organização dos sistemas educacionais. Embora a diminuição do número de crianças possa reduzir a pressão imediata por vagas na educação básica, os estudos indicam que esse cenário exige a reorganização da oferta educacional, a redistribuição dos investimentos e a ampliação das políticas voltadas à permanência escolar e à qualidade do ensino. Pereira (2024) argumenta que a transição demográfica amplia a importância da educação como mecanismo de formação de capital humano, favorecendo o desenvolvimento econômico e social quando acompanhada por políticas públicas consistentes. Nessa perspectiva, o aproveitamento da janela demográfica depende da capacidade do Estado em direcionar investimentos para a qualificação educacional e para a redução das desigualdades de acesso ao conhecimento.

O envelhecimento populacional também emerge como um dos principais fatores condicionantes das políticas educacionais. À medida que cresce a participação relativa da população idosa, ampliam-se as demandas por educação ao longo da vida, formação continuada e qualificação profissional, ao mesmo tempo em que se torna necessário adequar os sistemas de ensino às transformações do mercado de trabalho e às novas necessidades sociais. Bertho (2022) destaca que os estudos contemporâneos sobre demografia evidenciam a complexidade dessas mudanças, demonstrando que fenômenos como envelhecimento, migrações e redistribuição espacial da população devem ser analisados de forma integrada ao planejamento das políticas públicas, inclusive no campo educacional.

Os estudos convergem ao indicar que a transição demográfica não produz apenas alterações quantitativas na demanda por educação, mas também transforma as prioridades das políticas educacionais. A literatura enfatiza a necessidade de ampliar investimentos em formação docente, inovação pedagógica, educação ao longo da vida e desenvolvimento de competências compatíveis com uma sociedade em acelerada transformação demográfica. Nesse sentido, as políticas educacionais passam a desempenhar papel estratégico na preparação das populações para responder às mudanças econômicas, sociais e sanitárias decorrentes da nova estrutura etária, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento humano e para a redução das desigualdades sociais (Miranda, Mendes e Silva, 2017; Guimarães *et al.*, 2021; Pereira, 2024; Bertho, 2022).

Políticas educacionais, promoção da saúde e equidade

Os estudos analisados evidenciam que as políticas educacionais constituem um componente estratégico para a promoção da saúde e para a redução das desigualdades sociais, uma vez que a educação é reconhecida como um dos principais determinantes sociais da saúde. Níveis mais elevados de escolaridade estão associados à ampliação do acesso à informação, ao desenvolvimento de competências individuais, à adoção de hábitos saudáveis e à maior participação social, fatores que repercutem positivamente nas condições de saúde e na qualidade de vida das populações. Nesse sentido, os resultados indicam que os investimentos em educação extrapolam o âmbito do ensino, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para a construção de sociedades mais equitativas.

A literatura também demonstra que a promoção da saúde depende da articulação entre diferentes setores governamentais, destacando a educação como elemento central na construção de políticas públicas intersetoriais. Buss *et al.* (2021) enfatizam que o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde exige ações integradas entre saúde, educação, assistência social e demais áreas estratégicas, favorecendo o desenvolvimento humano, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. De forma complementar, Malta *et al.* (2018) ressaltam que a Política Nacional de Promoção da Saúde incorpora a intersetorialidade como um de seus princípios estruturantes, reconhecendo que a redução das iniquidades em saúde depende da atuação coordenada entre diferentes políticas públicas e da construção de redes de corresponsabilidade voltadas ao bem-estar da população.

Outro aspecto recorrente refere-se ao papel das políticas educacionais na qualificação dos profissionais de saúde e no fortalecimento dos sistemas públicos. França e Magnago (2019) destacam que a institucionalização da educação na saúde como política de Estado promoveu avanços na formação profissional, na educação permanente e na integração entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidades. Essa aproximação amplia a capacidade de resposta dos sistemas de saúde às necessidades da população e favorece práticas colaborativas orientadas pela integralidade do cuidado e pela qualificação das ações desenvolvidas nos diferentes níveis de atenção.

Os estudos convergem ao indicar que a promoção da equidade requer a integração entre políticas educacionais e políticas de saúde. Donadeli *et al.* (2024) evidenciam que a redução das

desigualdades depende da implementação de políticas públicas capazes de enfrentar fatores estruturais, sociais e econômicos que condicionam o acesso aos serviços essenciais, ressaltando a importância da cooperação entre governos, instituições de ensino, serviços de saúde e comunidades. Essa perspectiva reforça que a educação e a saúde não devem ser planejadas de forma isolada, mas como políticas complementares, orientadas pela intersetorialidade, pela promoção da equidade e pelo fortalecimento dos determinantes sociais da saúde.

Desafios contemporâneos e perspectivas para as políticas públicas

Os estudos analisados evidenciam que, apesar dos avanços observados nas políticas educacionais e nas estratégias de promoção da saúde, persistem desafios estruturais que limitam sua efetividade. Entre os principais entraves identificados destacam-se as desigualdades regionais, as limitações no financiamento público, as dificuldades na implementação das políticas educacionais e a permanência de barreiras relacionadas ao acesso, à permanência e à aprendizagem de grupos socialmente vulneráveis. Esses fatores comprometem a capacidade das políticas públicas de responder às transformações decorrentes da transição demográfica e de promover maior equidade social.

No campo educacional, a literatura demonstra que a universalização do acesso não tem sido suficiente para assegurar uma educação de qualidade para todos. Primo (2025) destaca que a efetividade das políticas públicas depende de financiamento adequado, estratégias consistentes de implementação e monitoramento contínuo, além da valorização da formação docente e da redução das desigualdades regionais. Em consonância, Costa (2026) ressalta que a inclusão escolar exige condições efetivas de aprendizagem, superando barreiras pedagógicas, sociais e institucionais que ainda dificultam a construção de um sistema educacional verdadeiramente equitativo.

Outro desafio recorrente refere-se às desigualdades socioeconômicas que condicionam o acesso e a permanência na educação básica. Ribeiro (2025) evidencia que fatores como pobreza, vulnerabilidade social e desigualdade territorial continuam influenciando as oportunidades educacionais, perpetuando processos de exclusão que repercutem diretamente sobre o desenvolvimento humano e as condições de saúde da população. Esses achados reforçam que políticas educacionais voltadas exclusivamente para a expansão do acesso são insuficientes

quando não acompanhadas por ações capazes de enfrentar os determinantes sociais das desigualdades educacionais.

Os estudos também indicam que a transição demográfica amplia a necessidade de integração entre os setores da educação e da saúde. O envelhecimento populacional, as mudanças na estrutura etária e as novas demandas por qualificação profissional exigem políticas públicas articuladas que promovam educação ao longo da vida, formação continuada e ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde e ao fortalecimento da equidade. Nessa perspectiva, a literatura converge ao reconhecer que o planejamento conjunto entre educação e saúde constitui elemento estratégico para responder às transformações demográficas e reduzir as desigualdades sociais, fortalecendo políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e orientadas pelas necessidades da população.

DISCUSSÃO

Os achados desta revisão evidenciam que a transição demográfica exerce influência direta sobre o planejamento das políticas educacionais e sobre a organização das ações voltadas à promoção da saúde e à redução das desigualdades sociais. A convergência entre os estudos demonstra que as mudanças na estrutura etária da população, impulsionadas pela redução da fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida e pelo envelhecimento populacional, modificam as demandas por serviços públicos, exigindo estratégias governamentais mais integradas e orientadas por evidências. Esses resultados corroboram as análises de Miranda, Mendes e Silva (2017) e Guimarães *et al.* (2021), que destacam a necessidade de incorporar as transformações demográficas ao planejamento das políticas sociais, especialmente nos setores da educação e da saúde.

No campo educacional, os estudos analisados indicam que a transição demográfica amplia os desafios relacionados ao financiamento, à reorganização da oferta educacional e à formação de capital humano. Embora a redução das taxas de fecundidade possa diminuir a demanda quantitativa por vagas na educação básica, a literatura evidencia que esse cenário não reduz a necessidade de investimentos. Ao contrário, impõe a reestruturação das políticas educacionais para garantir qualidade do ensino, permanência escolar, formação docente e desenvolvimento de competências compatíveis com as novas exigências sociais e econômicas. Essa interpretação converge com os argumentos apresentados por Pereira (2024) e Primo (2025),

que defendem o aproveitamento da janela demográfica por meio do fortalecimento das políticas educacionais e da valorização do capital humano.

Outro aspecto relevante refere-se à compreensão da educação como um dos principais determinantes sociais da saúde. Os estudos evidenciam que políticas educacionais efetivas repercutem positivamente sobre a promoção da saúde, ampliando o acesso à informação, fortalecendo a autonomia dos indivíduos e reduzindo desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a literatura reforça que a promoção da saúde ultrapassa o âmbito dos serviços assistenciais, dependendo da articulação entre diferentes políticas públicas e do enfrentamento dos determinantes sociais da saúde. Esses resultados são consistentes com as abordagens propostas por Buss *et al.* (2021), Malta *et al.* (2018) e França e Magnago (2019), que defendem a intersetorialidade como princípio estruturante das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população.

A análise também evidencia que a persistência das desigualdades regionais, socioeconômicas e institucionais limita a efetividade das políticas educacionais e de saúde. Barreiras relacionadas ao financiamento, à implementação das políticas, à inclusão escolar e à formação profissional permanecem como desafios relevantes para a consolidação de sistemas públicos mais equitativos. Costa (2026), Ribeiro (2025) e Donadeli *et al.* (2024) demonstram que a redução dessas desigualdades depende da implementação de políticas públicas integradas, capazes de considerar as especificidades territoriais e as diferentes vulnerabilidades sociais existentes no país.

Por fim, esta revisão identificou uma lacuna importante na literatura científica. Embora existam estudos consistentes sobre transição demográfica, políticas educacionais, promoção da saúde e equidade, observa-se que essas temáticas ainda são predominantemente investigadas de forma isolada. São escassas as pesquisas que analisam, de maneira integrada, as relações entre as transformações demográficas, o planejamento educacional e as estratégias de promoção da saúde. Essa constatação reforça a necessidade de estudos interdisciplinares que subsidiem a formulação de políticas públicas articuladas, capazes de responder às mudanças demográficas contemporâneas e de fortalecer a equidade como princípio orientador das ações governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão evidenciou que a transição demográfica constitui um dos principais fatores condicionantes das transformações nas políticas educacionais, repercutindo diretamente sobre o planejamento dos sistemas de ensino, a formação de capital humano e a organização de estratégias voltadas à promoção da saúde e à redução das desigualdades sociais. As evidências analisadas demonstraram que as mudanças na estrutura etária da população, impulsionadas pela redução da fecundidade, pelo envelhecimento populacional e pelo aumento da expectativa de vida, exigem políticas públicas capazes de responder às novas demandas sociais de forma integrada e sustentável.

Os estudos incluídos convergiram ao reconhecer que a educação desempenha papel estratégico no desenvolvimento humano e configura um importante determinante social da saúde. Nesse contexto, políticas educacionais orientadas pela equidade favorecem não apenas a ampliação do acesso e da permanência escolar, mas também o fortalecimento da promoção da saúde, da inclusão social e da qualidade de vida. Os resultados também reforçam que a integração entre os setores da educação e da saúde representa condição essencial para o enfrentamento dos desafios impostos pela transição demográfica, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficientes, intersetoriais e socialmente responsivas.

16

Apesar dos avanços identificados, a literatura evidencia a persistência de desafios relacionados às desigualdades regionais, ao financiamento das políticas públicas, à implementação de ações educacionais inclusivas e à articulação entre diferentes setores governamentais. Tais aspectos indicam que a adaptação das políticas educacionais às mudanças demográficas requer planejamento contínuo, monitoramento sistemático e fortalecimento de estratégias voltadas à equidade e ao desenvolvimento sustentável.

Como limitação, esta revisão restringiu-se a estudos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, além das bases de dados selecionadas, o que pode ter limitado a inclusão de outras evidências relevantes. Ainda assim, a utilização de uma metodologia sistematizada, fundamentada nas recomendações do JBI e do PRISMA-ScR, conferiu rigor ao processo de identificação, seleção e síntese da literatura.

Conclui-se que a incorporação das tendências demográficas ao planejamento das políticas educacionais representa uma estratégia indispensável para fortalecer a promoção da

saúde e reduzir as desigualdades sociais. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das relações entre transição demográfica, educação e saúde em diferentes contextos populacionais, produzindo evidências que subsidiem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas intersetoriais capazes de responder às transformações demográficas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

1. BERTHO, Ana Carolina Soares. Quatro décadas de olhares multidisciplinares para a demografia. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0216>
2. BUSS, Paulo Marchiori *et al.* Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.15902020>
3. COSTA, Rozalina Cássia de Andrade Ruas. Equidade educacional e inclusão escolar: análise crítica das políticas públicas e dos desafios institucionais. *Revista Educação Contemporânea*, v. 3, n. 2, p. 182-194, 2026. DOI: <https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/reca/article/view/1060>
4. CRUZ, Eder Pereira do Carmo Cruz; DOS SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Educação e Igualdade: O Impacto das Políticas Públicas na Redução das Desigualdades Sociais no Brasil. ID on line. *Revista de psicologia*, v. 19, n. 76, p. 159-175, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v19i76.4179>
5. DONADELI, Rafael Lourenço *et al.* Desafios e oportunidades na promoção da equidade em saúde: Perspectivas para políticas públicas e intervenções comunitárias. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, v. 3, n. 1, p. 191-202, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i1.25>
6. FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa; FLORES, Nicolas Madeira; DA SILVA, Alexandrina Ferreira; LOPEZ, Andres Santiago Quizhpi; NOLÊTO, Lariza dos Santos; MORAIS, Ana Paula Lelis; BONA, Emanuele Ariana; DUARTE, Aline Grazielle Godoy. PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL. *LUMEN ET VIRTUS*, [S. l.], v. 16, n. 50, p. 8860-8870, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n50-058>
7. FRANÇA, Tania; MAGNAGO, Carinne. Políticas, programas e ações de educação na saúde: perspectivas e desafios. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 4-7, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S100>
8. GUIMARÃES, Raphael Mendonça *et al.* Questões demográficas atuais e implicações para o modelo de atenção à saúde no Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 29, n. spe, p. 3-15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010436>

9. MAGNAGO, Carinne; KRUGEL, Camila de Carvalho; TAVARES, Ana Verônica da Cunha. Trabalho e educação na saúde: políticas, antipolítica e desafios nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 31, p. e04212026, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232026316.04212026>
10. MALTA, Deborah Carvalho *et al.* O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1799-1809, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04782018>
11. MAZI, Sara Gabriela Josiane *et al.* DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA TRANSIÇÃO DO MODELO HOSPITALOCÊNTRICO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE. *Anais Eventos*, 2026. DOI: <https://doi.org/10.56238/IIMedCientifica-020>
12. MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 21, p. 309-320, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0136>
13. OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A reforma deformada. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, p. e00052317, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00052317>
14. PEREIRA, Karla Bianca Neves. As políticas educacionais e a janela de oportunidade. In: *Políticas públicas e transição demográfica*. 2024. <https://bpp.ufabc.edu.br/site/wp-content/uploads/2024/10/Políticas-Públicas-Transição-Demográfica-Karla-Neves.pdf>
15. PRIMO, Wanderley dos Santos. Políticas Públicas em Educação e a Qualidade do Ensino: Desafios e Perspectivas para a Equidade. *Revista Científica FESA*, v. 3, n. 28, p. 185-208, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56069/2676-0428.2025.657>
16. RIBEIRO, Elberto Teles. Desigualdades socioeconômicas e acesso à educação básica: desafios e perspectivas.
17. SOUZA, Rodrigo Ferreira de *et al.* TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA BRASILEIRA E SEU IMPACTO NOS GASTOS PÚBLICOS EM SAÚDE. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v. 2, n. 1, 2018. DOI: